

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2025 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Opalus S.A.

A administração do Grupo Opalus, em conformidade com as determinações legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 representou mais um ciclo de evolução consistente para o Grupo Opalus, refletindo a execução disciplinada de sua estratégia e o fortalecimento de seu posicionamento no segmento de cuidados continuados. Ao longo do exercício, aprofundou a integração de suas operações e ampliou sua capacidade de entrega de soluções assistenciais centradas no paciente.

Mantivemos o compromisso com a excelência clínica, a segurança assistencial e a humanização do cuidado, com foco nos segmentos de reabilitação, longa permanência e cuidados paliativos. Essa abordagem segue orientando nossas decisões estratégicas e operacionais, sempre alinhada à geração de valor sustentável para pacientes, parceiros e demais stakeholders.

Contexto Operacional e Estratégia de Crescimento

A estratégia do Grupo fundamenta-se na integração de plataformas de unidades de cuidados (hospitais de transição) e home care, permitindo a oferta de soluções completas e centradas na jornada do paciente. Atuamos em estreita colaboração com operadoras, hospitais de alta complexidade e o corpo médico para otimizar a eficiência do ecossistema de saúde. Esta sinergia entre os diferentes níveis de atenção visa não apenas a efetividade na recuperação clínica, mas também a sustentabilidade do setor, com foco prioritário na redução da reospitalização e na mitigação de custos assistenciais.

Governança Corporativa e Sustentabilidade

O Grupo segue comprometido com as melhores práticas de governança corporativa, com contínuo aprimoramento de suas estruturas de supervisão e controle. O Conselho de Administração e seus comitês desempenham papel ativo na definição das diretrizes estratégicas e no monitoramento dos riscos relevantes ao negócio.

A gestão de riscos permanece como prioridade, com atenção especial aos riscos financeiros e operacionais. Adicionalmente, a Opalus reforça seu compromisso com práticas sustentáveis, ética nos negócios e transparência na relação com seus stakeholders.

Administração

Grupo Opalus

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Opalus A010.21 Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Opalus A010.21 Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Opalus A010.21 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, que, embora esses assuntos não gerem opiniões separadas, reconhecemos sua relevância e impacto potencial nas demonstrações contábeis. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Avaliação sobre as estimativas utilizadas pela Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia apresenta rubricas contábeis que contêm estimativas relevantes, cujas mensurações demandam cálculos com base em metodologias e análises.

A Administração da Companhia precisa identificar e definir políticas contábeis para que todas as estimativas sejam capturadas, calculadas e devidamente divulgadas.

Dado que estas mensurações e divulgações poderiam gerar efeitos significativos nas demonstrações contábeis, consideramos este assunto mencionado como significativo em nossa auditoria, na qualidade de Principal Assunto de Auditoria ("PAA").

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram principalmente:

- Comparamos dados utilizados com dados observáveis comparáveis;
- Confirmação dos dados observáveis através das fontes de dados mencionadas no laudo dos especialistas externos;
- Análise da performance financeira considerada no modelo, com períodos anteriores (histórico).

Verificamos se a metodologia utilizada foi consistente com premissas adotadas no exercício anterior.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das estimativas contábeis, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das suas estimativas contábeis, bem como suas referidas divulgações nas notas explicativas, por estarem consistentes com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de maio de 2026.

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024		Notas	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	550	15.481.503	38.475	1.369.733	Empréstimos e financiamentos	13	-	38.461.867	-	25.551.997
Aplicação financeira		-	964.509	-	-	Fornecedores	14	136.353	12.465.298	133.796	13.375.099
Contas a receber	6	-	50.167.948	-	38.810.701	Obrigações trabalhistas	18	-	10.825.189	-	7.591.979
Estoques	7	-	3.510.886	-	4.022.127	Obrigações tributárias	16	52.055	3.636.782	6.781	1.573.540
Impostos a recuperar	8	337.123	10.698.851	184.039	7.040.269	Parcelamento de impostos	16	-	8.859.823	-	4.152.628
Outros créditos		18.612	2.125.688	13.486	1.724.729	Outras obrigações		-	335.000	-	320.680
Partes relacionadas	9	211.939	236.755	473.575	4.315.855	Aquisições de controladas a pagar	17	13.992.467	25.984.818	1.769.181	1.769.181
		568.224	83.186.140	709.575	57.283.414	Passivo de arrendamento	15	-	5.766.946	-	2.784.553
						Partes relacionadas	9	1.000	68.586	23.680.198	-
								14.181.875	106.404.309	25.589.956	57.119.657
Não circulante						Passivo não circulante					
Partes relacionadas	9	84.144.847	-	39.514.757	207.029	Empréstimos e financiamentos	13	-	40.624.178	-	32.114.020
Depósitos judiciais	19	-	1.501.345	-	1.305.186	Debentures		-	821.156	-	1.842.398
Outros créditos		-	2.277.779	-	2.277.779	Parcelamento de impostos	16	-	20.578.249	-	13.934.225
Investimentos	10	48.584.575	-	61.524.749	-	Passivo de arrendamento	15	-	14.168.920	-	15.645.787
Imobilizado	11	289.695	80.565.513	318.664	79.919.440	Provisão contingências	19	-	3.986.790	-	4.283.199
Intangível	12	5.582.377	63.566.822	8.198.421	72.128.901	Aquisições de controladas a pagar	17	4.265.799	21.360.846	20.001.912	71.851.543
Direito de uso	15	-	11.260.315	-	16.447.857	Passivo descoberto	10	72.895.248	-	32.819.900	-
		138.601.494	159.171.774	109.556.591	172.286.192	Partes relacionadas	9	63.798.491	50.385.161	-	-
								140.959.538	151.925.300	52.821.812	139.671.172
						Patrimônio líquido					
						Capital social	20	199.734.640	199.734.640	191.167.481	191.167.481
						Capital a integralizar		(3.616.765)	(3.616.765)	(27.046.407)	(27.046.407)
						Reserva de capital		(70.784.396)	(70.784.396)	(61.060.949)	(61.060.949)
						Prejuízos acumulados		(141.305.174)	(141.305.174)	(71.205.727)	(71.205.727)
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		(15.971.695)	(15.971.695)	31.854.398	31.854.398
						Participação dos não controladores					
								-	-	-	924.379
Total do ativo		139.169.718	242.357.914	110.266.166	229.569.606	Total do passivo e patrimônio líquido		139.169.718	242.357.914	110.266.166	229.569.606
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas											

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado do exercício individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Notas	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Receita líquida	21	-	189.328.222	-	191.624.955
Custo dos serviços prestados	22	-	(179.342.962)	-	(122.490.642)
Lucro bruto		-	9.985.260	-	69.134.313
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(2.855.725)	(31.629.508)	(945.325)	(74.287.437)
Depreciação e amortização	22	(2.586.970)	(10.784.192)	(3.271.271)	(8.671.030)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(48.991.827)	-	(25.317.395)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	(26.407)	(733.903)	(1.527.425)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(54.434.522)	(32.454.847)	(30.267.894)	(15.351.579)
Despesas financeiras	23	(6.889.082)	(28.219.632)	(2.840.028)	(12.610.043)
Receitas financeiras	23	13.674	373.385	120.933	(591.993)
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		(61.309.930)	(60.301.094)	(32.986.989)	(28.553.615)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	(509.774)	-	(3.321.470)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	-	-
Prejuízo do exercício		(61.309.930)	(60.810.868)	(32.986.989)	(31.875.085)
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(61.309.930)	(60.311.806)	(32.986.989)	(32.986.989)
Acionistas não controladores		-	(499.062)	-	1.111.904
Prejuízo do exercício		(61.309.930)	(60.810.868)	(32.986.989)	(31.875.085)
Prejuízo básico por ação (R\$)		(0,217)		(0,130)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Resultado do exercício	(61.309.930)	(60.810.868)	(32.986.989)	(31.875.085)
Resultado abrangente	(61.309.930)	(60.810.868)	(32.986.989)	(31.875.085)
Atribuíveis a				
Controladores	(61.309.930)	(60.311.806)	(32.986.989)	(31.875.085)
Não Controladores	-	(499.062)	-	1.111.904
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas				

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						
	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	171.167.481	(54.156.407)	(56.388.949)	(38.218.738)	22.403.387	-	22.403.387
Aumento de capital	20.000.000	(20.000.000)	-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	47.110.000	-	-	47.110.000	-	47.110.000
Participação patrimônio líquido não controladores	-	-	-	-	-	(187.525)	(187.525)
Transações de capital	-	-	(4.672.000)	-	(4.672.000)	-	(4.672.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(32.986.989)	(32.986.989)	1.111.904	(31.875.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	191.167.481	(27.046.407)	(61.060.949)	(71.205.727)	31.854.398	924.379	32.778.777
Aumento de capital	8.567.159	-	(8.567.159)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	23.004.325	(1.156.288)	-	21.848.037	-	21.848.037
Participação patrimônio líquido não controladores	-	425.317	-	-	425.317	(425.317)	-
Transações de capital	-	-	-	(9.787.641)	(9.787.641)	-	(9.787.641)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(60.311.806)	(60.311.806)	(499.062)	(60.810.868)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	199.734.640	(3.616.765)	(70.784.396)	(141.305.174)	(15.971.695)	-	(15.971.695)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Controladora 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(61.309.930)	(60.810.868)	(32.986.989)	(31.875.085)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o caixa (aplicado) gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	48.991.827	-	25.317.395	-
Depreciações e amortizações	2.586.970	10.784.192	3.271.271	8.671.029
Reversão (Provisão) para contingências	-	1.233.518	-	231.716
Provisão para devedores duvidosos	-	1.735.529	-	1.262.340
Baixa líquida imobilizado	-	127.667	-	326.049
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	10.148.893	-	9.985.465
Atualização sobre passivos de aquisições e mútuos	6.837.472	8.313.171	2.824.894	6.770.537
Atualização parcelamentos	-	4.116.367	-	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	3.471.130	-	765.746
	(2.893.661)	(20.880.401)	(1.573.429)	(3.862.203)
Aumento/(redução) em ativos operacionais				
Contas a receber	-	(13.092.776)	-	(15.187.682)
Estoques	-	511.241	-	(3.420.139)
Impostos a recuperar	(153.084)	(3.658.582)	(16.928)	200.831
Outros créditos	(5.126)	(400.959)	3.678.678	4.179.643
Depósitos judiciais	-	(196.159)	-	(1.305.186)
Partes relacionadas	(44.368.454)	4.286.129	(23.539.804)	(3.912.687)
Aumento/(redução) em passivos operacionais				
Fornecedores	2.557	(909.801)	116.744	9.229.905
Obrigações tributárias	45.274	9.541.727	(34.695)	(6.264.394)
Obrigações trabalhistas	-	3.233.210	-	2.683.293
Outras obrigações	-	14.320	(284.782)	(592.420)
Partes relacionadas	7.934.034	9.085.700	14.093.338	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(243.633)	-	(3.081.350)
Juros pagos - empréstimos	-	(3.715.904)	-	(8.587.000)
Juros pagos - arrendamento mercantil	-	(4.678.063)	-	(2.157.722)
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais	(39.438.460)	(21.103.951)	(7.560.878)	(32.077.111)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	(4.428.375)	-	(28.516.088)
Aquisição de intangível	-	(1.736.591)	-	(1.376.892)
Aplicações financeira	-	(964.509)	-	-
Pagamento de aquisições de controladas	(18.584.683)	(29.390.503)	(17.701.383)	(33.920.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.584.683)	(36.519.978)	(17.701.383)	(63.813.280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	27.974.450	27.974.450	24.761.188	45.353.951
Pagamento de debêntures	-	(1.236.558)	-	(1.830.522)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	28.525.314	-	45.303.673
Captação empréstimos com parte relacionadas	30.010.768	30.010.768	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(13.538.275)	-	(2.567.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	57.985.218	71.735.699	24.761.188	86.260.102
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(37.925)	14.111.770	(501.073)	(9.630.289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.475	1.369.733	539.548	11.000.022
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	550	15.481.503	38.475	1.369.733
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(37.925)	14.111.770	(501.073)	(9.630.289)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A Opalus A010.21 Participações S.A. (“Companhia ou OPALUS”) é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro, constituída 06 de dezembro de 2021.

As demonstrações contábeis abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). A Companhia tem objeto social e atividade preponderante, a participação em outras Companhias de prestação de cuidados paliativos e pós-agudos focado no bem-estar e qualidade de vida de seus pacientes atendendo casos de reabilitação, incapacidade temporária ou definitiva, longa permanência e pacientes terminais. As operações das empresas são segregadas em dois segmentos: hospitalar e home care (internação domiciliar).

1.1. Aquisição de controladas e combinação de negócio em 2024

PPNG e Pleno

Em 31 de janeiro de 2024 a controlada da Companhia, Ricardo Rodrigues e Marenizia B. S. Rodrigues Consultórios S.A. (“Geriatrics”) adquiriu 70% da participação na empresa Buriti Saúde Ltda. (atual PPNG Saúde Ltda. “PPNG”) que detém participação da totalidade do capital social da Pleno Saúde Ltda. (“Pleno”), empresa do segmento de home care, referência no mercado desde 2007 e que atua nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Espírito Santos e Minas Gerais.

Como contraprestação pelo fechamento da aquisição, a Companhia assumiu a obrigação de pagar aos vendedores o valor justo de R\$ 56.044 (cinquenta e seis milhões e quarenta e quatro mil reais), dos quais, aproximadamente 13% (treze por cento) foram pagos já em 2024, enquanto os 87% (oitenta e sete por cento) remanescentes irão compor a parcela retida para pagamentos futuros.

O valor na aquisição representa o valor justo da totalidade das ações das sociedades, acrescido de seus endividamentos, descontado o valor de seu caixa e aplicações financeiras, sendo que o valor total indicativo do negócio foi atualizado nos termos previstos no Contrato.

A controlada contratou avaliador independente para alocação do preço pago e avaliação dos ativos identificáveis adquiridos ou passivos assumidos de acordo com as normas do CPC 15 (R1) – Combinação de negócios. O Goodwill (Ágio) desta aquisição (com vida útil indefinida) decorre de sinergias operacionais e expansão de mercado totalizou R\$ 49.256 (quarenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e seis mil), assim como ativos identificáveis (relacionamentos com clientes no montante de R\$ 2.094 (dois milhões e noventa e quatro mil) e acordo de não competição no montante de R\$ 241 (duzentos e quarenta e um mil).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Empresas do Grupo Opalus

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de suas controladas:

Controladas	Atividades Principais	2025		2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Ricardo Rodrigues e Marenizia B. S.	Hospitalar e	100%	-	100%	-
Rodrigues Consultórios S.A. ("Geriatrics")	Home care	-	-	-	-
Premier Residence Hospital S.A. ("Premier")	Hospitalar	100%	-	100%	-
São Dinis Participações Societárias S.A. ("São Dinis")	Holding	100%	-	100%	-
Opalus Administração de Imóveis Próprios Ltda. ("Opalus ADM")	Administração de imóveis	100%	-	-	-
São Paulo Internações Domiciliares Ltda. ("SPID")	Hospitalar	-	100%	-	100%
Clínica Barra da Tijuca Ltda. ("NIG Barra")	Hospitalar	-	100%	-	100%
Geriatrics Leblon Ltda. ("NIG Leblon")	Hospitalar	-	100%	-	100%
Casa Geriátrica Paissandu Ltda. ("NIG Flamengo")	Hospitalar	-	100%	-	100%
PPNG Saúde Ltda. ("PPNG")	Holding	30%	70%	-	70%
Pleno Saúde ("Pleno")	Home care	-	100%	-	70%
Clínica Premier Niterói Ltda. ("Clínica Premier")	Holding	-	100%	-	-

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pelo Grupo na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que evidenciam todas as informações relevantes próprias delas, foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 14 de maio de 2026 e com AGO (Assembléia Geral Ordinária) à ser realizada em 01 de junho de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas em “Reais”, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas;
- Reconhecimento de receita a faturar;
- Definição de vida útil do ativo imobilizado e do ativo intangível;
- Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos;

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

As demonstrações contábeis das controladas, conforme nota explicativa nº 1.2, são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações contábeis.

Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando o critério de participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Perda de controle e de influência significativa

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos, incluindo qualquer mais-valia, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas.

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

b) Receita de prestação de serviços

O Grupo Opalus tem sua receita mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Prestação de serviços hospitalares e internações do tipo home care.

Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas.

O Grupo obtém o controle das receitas com atendimento de pacientes convênios e particulares. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas entre 10 e 135 dias, conforme modalidade (pacientes particulares ou convênios).

Os contratos com as operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento, permitindo a contraposição da Companhia por meio de recurso.

As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. O preço dos serviços oferecidos são individuais por categoria, determinado com base nos preços de tabela em que o Grupo vende serviços em transações separadas.

As receitas são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquida de descontos, glosas estimadas, créditos e abatimentos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

c) Ativo circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo, com alto índice de liquidez e vencimento não superior a três meses ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, de forma que não há perda relevante de valor em caso de resgate antecipado.

Os investimentos financeiros são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

Contas a receber de pacientes e convênios

As contas a receber de pacientes e convênios são registradas pelo valor faturado. A conta valores a faturar refere-se serviços já prestados junto a operadoras de serviços, amparados por relação contratual, que aguardam cronograma de emissão de fatura e envio. As glosas e descontos efetuadas pelos Convênios estão contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos, conforme nota explicativa 5.

Investimentos

O investimento em empresas controladas está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido das perdas por desvalorização, quando aplicável.

Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Não foram identificados indicadores de perdas de valor para os ativos nos exercícios de 2025 e 2024.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens e a expectativa de obtenção de benefícios econômico-futuros com a sua utilização.

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor líquido de realização.

Redução ao valor recuperável

A Administração do Grupo avaliou para os saldos dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e nenhum indicativo de impairment foi encontrado. Portanto, não haverá constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

Teste de recuperabilidade do ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), registrado em decorrência das combinações de negócios realizadas em exercícios anteriores, é testado anualmente para avaliação de recuperabilidade, ou sempre que existirem indícios de perda de valor, conforme estabelecido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para fins desse teste, o ágio é alocado às respectivas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), sendo o valor recuperável determinado com base no valor em uso, calculado a partir de projeções de fluxos de caixa futuros elaboradas pela Administração, considerando premissas consistentes com o plano de negócios aprovado.

As principais premissas utilizadas incluem taxas de crescimento, margens operacionais, taxa de desconto compatível com o risco das operações e horizonte de projeção adequado à natureza dos negócios.

Com base nos testes realizados em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não foi identificada necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável do ágio registrado.

d) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

e) Imposto de Renda e Contribuição Social

Lucro presumido

As controladas Geriatrics, NIG Leblon, NIG Barra e SPID calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social com base no faturamento bruto, aplicando sobre esse a alíquota de presunção de 8% e 12%, respectivamente e, ao resultado, soma-se 100% da receita financeira para chegar à base tributável. Para fins de apuração dos tributos sobre o lucro devidos, aplica-se o percentual de 15% acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Lucro real

A Companhia e suas controladas São Dinis, NIG Flamengo, PPNG e Pleno calculam o Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

i) Combinações de negócios

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. Quando o controle é transferido para o Grupo Opalus, estes ativos e passivos são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes.

Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou as alterações de algumas normas que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), conforme segue. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa - Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18/CPC 51 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais.

A Companhia está concluindo a avaliação de possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não tem expectativas impactos significativos em suas principais premissas.

Reforma tributária do consumo (LC 214/25)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	2.448	3.890
Bancos conta movimento	1	1	15.782	110.493
Aplicações financeiras	549	38.474	15.463.273	1.255.350
Total	550	38.475	15.481.503	1.369.733

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas foram classificadas como equivalentes de caixa uma vez que são mantidas com a finalidade de atender os compromissos de fluxo de caixa de curto prazo, tem liquidez imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de uma mudança de valor.

O rendimento médio das aplicações financeiras, são definidas por taxas pós-fixadas, baseadas na variação da taxa CDI diária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio foi de 1,13% a.m. Esses investimentos são feitos em instituições financeiras classificadas como primeira linha e com baixo risco de crédito por agências de ratings internacionais.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Home care	-	-	30.027.410	28.511.237
Hospitalar	-	-	24.247.415	11.607.861
Total	-	-	54.274.825	40.119.098
Perdas esperadas, glosas e descontos	-	-	(4.106.877)	(1.308.397)
	-	-	50.167.948	38.810.701

As contas a receber por vencimento é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Vencidas		
Até 30 dias	4.550.546	717.437
De 31 a 60 dias	2.650.582	459.014
De 61 a 90 dias	2.613.443	91.586
De 91 a 180 dias	4.487.262	254.006
Acima de 180 dias	3.217.924	1.575.676
A vencer	36.755.068	37.021.379
Total	54.274.825	40.119.098

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas, glosas e descontos é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	(1.308.397)	(46.057)
(+) Constituições - PECLD	(2.798.480)	(1.262.340)
Saldo no fim do período	<u>(4.106.877)</u>	<u>(1.308.397)</u>

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais hospitalares	-	-	1.603.824	2.111.069
Medicamentos	-	-	1.553.308	1.736.578
Outros	-	-	353.754	174.480
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.510.886</u>	<u>4.022.127</u>

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social retidos	187.067	184.039	3.991.450	1.427.667
Imposto de renda - IRPJ	150.056	-	2.508.556	2.498.633
Contribuição social - CSLL	-	-	2.557.541	2.420.851
PIS e COFINS	-	-	1.317.005	466.729
Outros	-	-	324.299	226.389
Total	<u>337.123</u>	<u>184.039</u>	<u>10.698.851</u>	<u>7.040.269</u>

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias a eles relacionadas, companhias do mesmo grupo econômico e coligadas, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Ativo circulante				
Sócios	-	473.575	236.755	4.315.855
São Dinis	211.939	-	-	-
Total do ativo circulante	211.939	473.575	236.755	4.315.855
Ativo não circulante				
Premier	61.367.685	39.432.930	-	-
SPID	133.827	81.827	-	-
São Dinis	16.994.500	-	-	-
NIG Barra	2.000	-	-	-
Geriatrics	5.645.785	-	-	-
Opalus ADM	1.050	-	-	-
Instituto Premier Educação e Cultura	-	-	-	207.029
Total do ativo não circulante	84.144.847	39.514.757	-	207.029
Passivo				
Passivo circulante				
São Dinis	-	17.516.026	-	-
Geriatrics	-	6.164.172	-	-
NIG Barra	1.000	-	-	-
Sócios	-	-	68.586	-
Total do passivo circulante	1.000	23.680.198	68.586	-
Passivo não circulante				
Sócios	20.374.393	-	20.374.393	-
São Dinis	13.263.330	-	-	-
Opalus ADM	100.000	-	-	-
Alta Sílica	30.010.768	-	30.010.768	-
PPNG	50.000	-	-	-
Total do passivo não circulante	63.798.491	-	50.385.161	-

10. Investimentos

As principais informações sobre as controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir. Estas informações foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

		31/12/2025			
Controladas Diretas	%	PL	Resultado acumulado	Investimento	Passivo a descoberto
Premier	100%	(52.268.054)	(12.414.924)	-	(52.268.054)
São Dinis	100%	48.485.625	(9.203.283)	48.485.625	-
Geriatrics	100%	(15.519.032)	(23.260.668)	-	(15.519.032)
Opalus ADM	100%	98.950	(1.050)	98.950	-
PPNG	30%	(17.027.207)	(12.042.800)	-	(5.108.162)
		<u>(36.229.718)</u>	<u>(56.922.725)</u>	<u>48.584.575</u>	<u>(72.895.248)</u>
		31/12/2024			
Controladas Diretas	%	PL	Resultado acumulado	Investimento	Passivo a descoberto
Premier	100%	(32.819.900)	(14.348.345)	-	(32.819.900)
São Dinis	100%	54.809.717	(4.302.420)	54.809.717	-
Geriatrics	100%	6.715.032	(6.666.630)	6.715.032	-
		<u>28.704.849</u>	<u>(25.317.395)</u>	<u>61.524.749</u>	<u>(32.819.900)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos:

	Em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Aporte capital	Aquisição participação	Outras movimentações	Em 31 de dezembro de 2025
Premier	(32.819.900)	(12.414.924)	-	-	(7.033.230)	(52.268.054)
São Dinis	54.809.717	(9.203.283)	-	-	2.879.191	48.485.625
Geriatrics	6.715.032	(23.260.668)	-	-	1.026.604	(15.519.032)
Opalus ADM	-	(1.050)	100.000	-	-	98.950
PPNG	-	(3.612.840)	-	(1.495.322)	-	(5.108.162)
	<u>28.704.849</u>	<u>(48.492.765)</u>	<u>100.000</u>	<u>(1.495.322)</u>	<u>(3.127.435)</u>	<u>(19.301.461)</u>

	Em 31 de dezembro de 2023	Equivalência patrimonial	Outras movimentações	Em 31 de dezembro de 2024
Premier	(7.264.314)	(14.348.345)	(11.207.241)	(32.819.900)
São Dinis	45.233.394	(4.302.420)	13.878.743	54.809.717
Geriatrics	4.874.819	(6.666.630)	8.506.843	6.715.032
	<u>42.843.899</u>	<u>(25.317.395)</u>	<u>11.178.345</u>	<u>28.704.849</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Consolidado 2025					
	Taxas de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido 2025	Imobilizado Líquido 2024
Aparelhos e Equipamentos	10%	3.400.141	(1.819.335)	1.580.806	1.706.471
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	50.432.054	(6.916.994)	43.515.060	34.144.184
Equipamentos de informática	20%	2.489.701	(1.852.890)	636.811	943.435
Imóveis	4%	3.286.232	(1.298.529)	1.987.703	2.228.141
Instalações	10%	3.190.225	(417.577)	2.772.648	2.791.302
Móveis e utensílios	10%	5.441.836	(2.655.928)	2.785.908	2.874.755
Veículos	20%	-	-	-	69.044
Benfeitoria em andamento (a)	-	535.488	-	535.488	7.979.167
Mais valia por combinação de negócio - imobilizado (b)	-	28.103.558	(1.352.469)	26.751.089	27.182.941
Total		96.879.235	(16.313.722)	80.565.513	79.919.440

Consolidado 2024					
	Taxas de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido 2024	Imobilizado Líquido 2023
Aparelhos e Equipamentos	10%	3.666.410	(1.959.939)	1.706.471	1.481.062
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	39.306.197	(5.162.013)	34.144.184	5.336.656
Equipamentos de informática	20%	2.576.846	(1.633.411)	943.435	278.076
Imóveis	4%	3.434.383	(1.206.242)	2.228.141	2.122.904
Instalações	10%	3.082.486	(291.184)	2.791.302	1.998.644
Móveis e utensílios	10%	5.130.583	(2.255.828)	2.874.755	1.337.992
Veículos	20%	109.904	(40.860)	69.044	87.204
Benfeitoria em andamento (a)		7.979.167	-	7.979.167	12.904.756
Mais valia por combinação de negócio - imobilizado (b)	-	28.103.558	(920.617)	27.182.941	28.103.558
Total		93.389.534	(13.470.094)	79.919.440	53.650.852

- (a) Os gastos realizados pela Companhia e suas Controladas classificados como benfeitoria em andamento durante o período de construção e instalação, e são transferidos para o grupo específico na rubrica de imobilizado quando disponíveis para o uso, após a conclusão do projeto são iniciadas a depreciação dos ativos relacionados;

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo imobilizado do consolidado é como segue:

Consolidado 2025						
	Imobilizado Líquido 2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Imobilizado Líquido 2025
Aparelhos e Equipamentos	1.706.471	177.924	-	-	(303.589)	1.580.806
Benfeitoria em imóveis de terceiros	34.144.184	3.604.305	-	7.473.694	(1.707.123)	43.515.060
Equipamentos de informática	943.435	153.829	-	-	(460.453)	636.811
Imóveis	2.228.141	-	-	(100.293)	(140.145)	1.987.703
Instalações	2.791.302	23.597	(58.400)	148.151	(132.002)	2.772.648
Móveis e utensílios	2.874.755	390.847	(223)	-	(479.471)	2.785.908
Veículos	69.044	-	(69.044)	-	-	-
Benfeitoria em andamento (a)	7.979.167	77.873	-	(7.521.552)	-	535.488
Mais valia por combinação de negócio - imobilizado (b)	27.182.941	-	-	-	(431.852)	26.751.089
Total	79.919.440	4.428.375	(127.667)	-	(3.654.635)	80.565.513

Consolidado 2024						
	Imobilizado Líquido 2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Imobilizado Líquido 2024
Aparelhos e Equipamentos	1.481.062	375.786	-	36.797	(187.174)	1.706.471
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5.336.656	154.682	-	29.334.049	(681.203)	34.144.184
Equipamentos de informática	278.076	356.714	(4.374)	637.875	(324.856)	943.435
Imóveis	2.122.904	24.786	-	224.600	(144.149)	2.228.141
Instalações	1.998.644	796.662	-	33.646	(37.650)	2.791.302
Móveis e utensílios	1.337.992	2.412.483	(321.675)	(419.783)	(134.262)	2.874.755
Veículos	87.204	-	-	-	(18.160)	69.044
Benfeitoria em andamento (a)	12.904.756	24.394.978	-	(29.320.567)	-	7.979.167
Mais valia por combinação de negócio - imobilizado (b)	28.103.558	-	-	(526.617)	(394.000)	27.182.941
Total	53.650.852	28.516.091	(326.049)	-	(1.921.454)	79.919.440

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

A composição do Intangível é como segue:

Controladora 2025					
	Taxas de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2025	Intangível líquido 2024
Ágio sobre aquisições	-	5.547.000	-	5.547.000	5.547.000
Software	20%	16.850	(11.473)	5.377	8.060
Marcas e Patentes	-	-	-	-	-
Mais valia carteira de clientes	20%	8.902.000	(8.902.000)	-	2.598.361
Mais valia não competição	20%	75.000	(45.000)	30.000	45.000
Total		<u>14.540.850</u>	<u>(8.958.473)</u>	<u>5.582.377</u>	<u>8.198.421</u>
Controladora 2024					
	Taxas de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2024	Intangível líquido 2023
Ágio sobre aquisições	-	5.547.000	-	5.547.000	8.610.667
Software	20%	15.850	(7.790)	8.060	3.300
Marcas e Patentes	-	-	-	-	-
Mais valia carteira de clientes	20%	8.902.000	(6.303.639)	2.598.361	5.783.377
Mais valia não competição	20%	75.000	(30.000)	45.000	61.250
Total		<u>14.539.850</u>	<u>(6.341.429)</u>	<u>8.198.421</u>	<u>14.458.594</u>
Consolidado 2025					
	Taxas de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2025	Intangível líquido 2024
Ágio sobre aquisições (i)	-	60.272.799	-	60.272.799	66.169.844
Software	20%	3.436.541	(1.137.093)	2.299.448	817.482
Marcas e Patentes	-	90.889	-	90.889	90.889
Mais valia carteira de clientes	20%	13.399.000	(12.721.529)	677.471	4.737.470
Mais valia não competição	20%	435.000	(208.785)	226.215	313.216
Total		<u>77.634.229</u>	<u>(14.067.407)</u>	<u>63.566.822</u>	<u>72.128.901</u>
Consolidado 2024					
	Taxas de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido 2024	Intangível líquido 2023
Ágio sobre aquisições (i)	-	66.169.844	-	66.169.844	11.251.526
Software	20%	1.699.950	(882.468)	817.482	212.056
Marcas e Patentes	-	90.889	-	90.889	81.739
Mais valia carteira de clientes	20%	13.399.000	(8.661.530)	4.737.470	6.882.077
Mais valia não competição	20%	435.000	(121.784)	313.216	158.433
Total		<u>81.794.683</u>	<u>(9.665.782)</u>	<u>72.128.901</u>	<u>18.585.831</u>

- (i) O ágio sobre aquisições testado anualmente para avaliação de recuperabilidade, ou sempre que existirem indícios de perda de valor, conforme estabelecido pelo CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Controladora 2025			31/12/2025
	31/12/2024			
	Líquido	Aquisições	Amortização	Líquido
Ágio sobre aquisições	5.547.000	-	-	5.547.000
Software	8.060	1.000	(3.683)	5.377
Marcas e Patentes	-	-	-	-
Mais valia carteira de clientes (a)	2.598.361	-	(2.598.361)	-
Mais valia não competição (a)	45.000	-	(15.000)	30.000
Total	8.198.421	1.000	(2.617.044)	5.582.377

	Controladora 2024				31/12/2024
	31/12/2023				
	Líquido	Aquisições	Baixa ágio	Amortização	Líquido
Ágio sobre aquisições	8.610.667	-	(3.063.667)	-	5.547.000
Software	3.300	12.550	-	(7.790)	8.060
Marcas e Patentes	-	-	-	-	-
Mais valia carteira de clientes (a)	5.783.377	-	-	(3.185.016)	2.598.361
Mais valia não competição (a)	61.250	-	-	(16.250)	45.000
Total	14.458.594	12.550	(3.063.667)	(3.209.056)	8.198.421

	Consolidado 2025				31/12/2025
	31/12/2024				
	Líquido	Aquisições	Baixa ágio	Amortização	Líquido
Ágio sobre aquisições	66.169.844	-	(5.897.045)	-	60.272.799
Software	817.482	1.736.591	-	(254.625)	2.299.448
Marcas e Patentes	90.889	-	-	-	90.889
Mais valia carteira de clientes (a)	4.737.470	-	-	(4.059.999)	677.471
Mais valia não competição (a)	313.216	-	-	(87.001)	226.215
Total	72.128.901	1.736.591	(5.897.045)	(4.401.625)	63.566.822

	Consolidado 2024				31/12/2024
	31/12/2023				
	Líquido	Aquisições	Amortização		Líquido
Ágio sobre aquisições	11.251.526	54.918.318	-	-	66.169.844
Software	212.056	1.376.892	(771.466)	-	817.482
Marcas e Patentes	81.739	9.150	-	-	90.889
Mais valia carteira de clientes (a)	6.882.077	2.628.108	(4.772.715)	-	4.737.470
Mais valia não competição (a)	158.433	241.000	(86.217)	-	313.216
Total	18.585.831	59.173.468	(5.630.398)	-	72.128.901

(a) Valores atribuídos ao intangível na combinação de negócio referente ao excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos não identificáveis.

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos decorrem, basicamente, da utilização para capital de giro. Adicionalmente a companhia possui também um contrato de financiamento para aquisição de equipamentos conforme demonstramos a seguir:

OPALUS A010.21 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Banco	Vencimento final	Valor contratado	Encargos	Consolidado	
					31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	Banco Itaú	Jul/29	37.585.893	Entre CDI+1,02% e CDI+4,50%	31.908.787	30.417.494
Capital de giro	Banco Bradesco	Out/29		Entre 15,36% e 18,95%	12.318.520	9.619.857
Capital de giro	Banco ABC	Mar/30	10.050.420	CDI+3,50%	9.010.806	5.050.420
Capital de giro	Banco BBM	Mar/28	7.500.000	Entre CDI+3,41% e CDI+4,28%	4.254.874	6.375.436
Capital de giro	Banco do Brasil	Jun/28		Entre CDI+1,45% e CDI+3,60%	6.987.861	1.886.667
Capital de giro	Banco Safra	Nov/30	6.700.000	Entre CDI+5,16% e CDI+5,37%	6.812.129	-
Capital de giro	Banco Santander	Jun/29		CDI+5,09%	3.515.789	-
Capital de giro	UNICRED	Set/34	4.197.461	CDI+3,66%	4.120.494	3.738.617
Financiamento	UNICRED	Fev/28	288.754	CDI+6,17%	156.785	577.526
Total					<u>79.086.045</u>	<u>57.666.017</u>
Circulante					38.461.867	25.551.997
Não circulante					40.624.178	32.114.020

A movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	57.666.017	13.530.879
Captação	28.525.314	45.303.673
Juros incorridos	10.148.893	9.985.465
Juros pagos	(3.715.904)	(8.587.000)
Amortização principal	(13.538.275)	(2.567.000)
Saldo final	<u>79.086.045</u>	<u>57.666.017</u>

Os empréstimos e financiamentos classificadas no passivo não circulante têm o seguinte prazo para amortização:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	5.155.000
2027	18.024.419	4.809.000
2028	12.920.929	7.576.000
2029	6.681.368	7.603.000
2030	1.254.052	6.971.020
2031 em diante	1.743.410	5.155.000
Total	<u>40.624.178</u>	<u>32.114.020</u>

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

O Grupo mantém contratos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, cujo cumprimento está condicionado à observância de determinadas cláusulas contratuais (“covenants”), relacionadas a índices financeiros, limitações à realização de determinadas operações ou manutenção de garantias específicas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entre os covenants financeiros estabelecidos nos principais contratos, destacam-se os seguintes índices financeiros junto ao Banco BBM:

- Relação Dívida Líquida/EBITDA: obrigação de manter o índice menor ou igual a 3,25 ao final de cada exercício;
- Cobertura de Juros (EBITDA/Despesas de Juros): manter índice maior ou igual a 2,5 ao final de cada exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, determinadas controladas do Grupo não atenderam integralmente a alguns covenants financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, principalmente relacionados aos índices de alavancagem e cobertura de juros.

Contudo, foram obtidos waivers formais e por escrito junto às respectivas instituições financeiras ainda em 2025, afastando a caracterização de vencimento antecipado das obrigações na data-base das demonstrações financeiras.

Dessa forma, os saldos das dívidas permanecem classificados de acordo com seus prazos contratuais originais.

A Administração acompanha continuamente o cumprimento dessas cláusulas e mantém relacionamento ativo com os credores financeiros.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	136.353	133.796	5.265.710	7.282.707
Provisão Fornecedores	-	-	7.199.588	6.092.392
Total	<u>136.353</u>	<u>133.796</u>	<u>12.465.298</u>	<u>13.375.099</u>

15. Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos

O Grupo Opalus possui operações de arrendamento de imóveis, sendo que o prazo médio dos contratos varia entre 3 e 10 anos e, porém, são negociados individualmente. Para cálculo da taxa de desconto, foi a taxa média do custo financeiro do Grupo, fator taxa e fator agente, utilizando-se uma taxa anual de 17,73%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	-	-	11.260.315	16.447.857
Total	-	-	11.260.315	16.447.857

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento	-	-	19.935.866	18.430.340
Total	-	-	19.935.866	18.430.340

Circulante			5.766.946	2.784.553
Não circulante			14.168.920	15.645.787

A seguir a composição dos saldos segregadas por unidade:

	Direito de uso		Passivo de arrendamento	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Premier	4.254.051	8.487.055	10.931.735	10.121.244
NIG Leblon	1.869.563	3.170.866	2.483.138	3.657.329
NIG Flamengo	1.983.913	1.452.092	2.409.805	1.665.707
Pleno	2.460.218	1.995.857	2.661.506	1.702.061
Geriatrics	692.570	1.341.987	1.449.682	1.283.999
Total	11.260.315	16.447.857	19.935.866	18.430.340

A movimentação dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos é como segue:

	Direito de uso	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	16.447.857	16.869.974
Remensuração e renovação de contratos	2.712.459	1.927.004
Baixa	(5.144.739)	-
Amortização	(2.755.262)	(2.349.121)
Saldo no final do exercício	11.260.315	16.447.857

	Passivo de arrendamento	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	18.430.340	17.895.312
Remensuração e renovação de contratos	2.712.459	1.927.004
Juros apropriados	3.471.130	765.746
Pagamentos	(4.678.063)	(2.157.722)
Saldo no final do exercício	19.935.866	18.430.340

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações tributárias e parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recolher	11	201	953.839	248.059
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	266.141	240.120
ISS a recolher	-	-	1.860.174	297.232
Impostos retidos na fonte a recolher	52.044	6.580	556.454	422.317
Outros impostos a recolher	-	-	174	365.812
Total	<u>52.055</u>	<u>6.781</u>	<u>3.636.782</u>	<u>1.573.540</u>

Grupo possui parcelamento de impostos como segue:

	Término da amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento ISS	2025 a 2027	-	-	3.223.660	465.274
Parcelamento PERT	2025 a 2030	-	-	13.856.861	11.607.304
Parcelamento RFB	2025 a 2027	-	-	12.357.551	6.014.275
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.438.072</u>	<u>18.086.853</u>

A quitação dos parcelamentos tributários está sendo efetuados regularmente e a Administração não identifica, até o momento, riscos relevantes de rescisão dos acordos firmados, e os valores parcelados refletem adequadamente as obrigações assumidas pelo Grupo

17. Aquisições de controladas a pagar

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social das entidades adquiridas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição Premier	9.873.882	10.569.527	9.873.882	10.569.527
Aquisição Grupo NIG	1.521.931	1.769.181	1.911.410	4.572.673
Aquisição Geriatrics	6.862.453	9.432.385	6.862.453	9.432.385
Aquisição PPNG	-	-	28.697.919	49.046.139
Total	<u>18.258.266</u>	<u>21.771.093</u>	<u>47.345.664</u>	<u>73.620.724</u>
Circulante	13.992.467	1.769.181	25.984.818	1.769.181
Não circulante	4.265.799	20.001.912	21.360.846	71.851.543

A movimentação das contas a pagar por aquisição de controladas na controladora é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	21.771.093	38.251.849	73.620.724	43.198.046
Dívida novas aquisições	10.408.875	23.454.037	1.360.406	88.974.269
Apropriação de juros	4.662.981	1.277.430	1.755.037	3.754.885
Pagamentos	(18.584.683)	(41.212.223)	(29.390.503)	(62.306.476)
Saldo final	<u>18.258.266</u>	<u>21.771.093</u>	<u>47.345.664</u>	<u>73.620.724</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	-	-	1.981.892	1.634.196
Acordos trabalhistas	-	-	173.918	879.450
FGTS a recolher	-	-	659.059	247.015
INSS a recolher	-	-	3.845.008	852.524
Provisão de férias e encargos	-	-	4.145.686	3.930.775
Outras obrigações	-	-	19.626	48.019
Total	-	-	10.825.189	7.591.979

19. Provisão para contingências

O Grupo é parte e está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários aos quais está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Natureza	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	3.424	119.001	682.521	953.173
Trabalhistas	525.093	241.725	2.331.443	2.169.110
Tributárias	972.828	944.460	972.826	1.160.916
Total	1.501.345	1.305.186	3.986.790	4.283.199

Movimentação das provisões:

Natureza	Saldo em	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em
	31/12/2024				31/12/2025
Cíveis	953.173	-	(270.652)	-	682.521
Trabalhistas	2.169.110	1.692.260	-	(1.529.927)	2.331.443
Tributárias	1.160.916	-	(188.090)	-	972.826
Total	4.283.199	1.692.260	(458.742)	(1.529.927)	3.986.790
Natureza	Saldo em	Adições	Reversões	Pagamentos	Saldo em
	31/12/2023				31/12/2024
Cíveis	7.438	945.735	-	-	953.173
Trabalhistas	2.182.775	-	(13.665)	-	2.169.110
Tributárias	-	1.160.916	-	-	1.160.916
Total	2.190.213	2.106.651	(13.665)	-	4.283.199

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos considerados passivos contingentes

O Grupo é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas Demonstrações Financeiras, avaliados pela Companhia, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R\$ R\$ 25.215.601 (R\$4.899.000 em 31 de dezembro de 2024), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Do montante total, R\$ 10.744.123 (R\$ 3.867.000 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a processos tributários, R\$ 10.221.271 (R\$436.000 em 31 de dezembro de 2024) a processos trabalhistas e R\$ 4.250.207 (R\$144.000 em 31 de dezembro de 2024) a processos cíveis.

20. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia é de R\$199.734.640 em 31 de dezembro de 2025 (R\$191.167.481 em 31 de dezembro de 2024) representado por 282.946.729 ações ordinárias nominativas (257.438.647 em 31 de dezembro de 2024).

Em 23 de abril de 2025, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 6.925.805 por meio da incorporação de reserva de capital, sem a emissão de novas ações.

Em 17 de julho de 2025, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$1.641.354 com a emissão de 25.508.082 ações ordinárias de mesma classe e com os mesmos direitos das demais ações existentes. A integralização do aumento de capital foi efetuada por meio ativos da empresa PPNG, correspondente a 30% do capital social dessa Companhia, conforme laudo de avaliação patrimonial na data de 31 de maio de 2025.

Reserva de Capital

A reserva de capital representa acréscimos efetivos aos ativos da Companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas ou de terceiros para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações de capital

Representam os efeitos de transações e variações de capital e patrimônio líquido das empresas no qual a Companhia possui o controle e influência na administração. Conforme Interpretação Técnica ICPC 09 (R2), as negociações subsequentes em que a controladora adquira, dos sócios não controladores desse mesmo patrimônio, novos instrumentos patrimoniais (ações ou cotas, por exemplo) de uma controlada, passam a se caracterizar como sendo transações entre a entidade e seus sócios, designadas “transações de capital”, não transitando assim no resultado da Companhia.

Prejuízo por ação (básico)

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

21. Receitas operacionais

Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional por setor:				
Hospitalar	-	-	67.697.426	79.744.578
Home care	-	-	140.977.070	130.158.383
	-	-	208.674.496	209.902.961
Deduções:				
Glosa	-	-	(1.071.613)	(745.950)
Impostos incidentes sobre faturamento	-	-	(18.274.661)	(17.532.056)
Receita operacional líquida	-	-	189.328.222	191.624.955

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços médicos e hospitalares	-	-	(78.603.695)	(68.722.760)
Medicamentos	-	-	(17.356.927)	(13.235.524)
Dieta	-	-	(10.920.411)	(8.303.396)
Materiais hospitalares	-	-	(10.826.359)	(8.977.498)
Serviços remoção e logística de paciente	-	-	(5.125.441)	(4.737.507)
Salários e ordenados	-	-	(26.012.548)	(25.026.481)
Encargos sociais	-	-	(10.849.149)	(10.118.463)
Férias e 13º salários	-	-	(5.929.277)	(5.517.935)
Benefícios a funcionários	-	-	(5.556.291)	(4.817.804)
Depreciações e amortizações	(2.586.970)	(3.271.271)	(10.784.192)	(8.671.029)
Locação de equipamentos	-	-	(8.630.360)	(7.020.267)
Despesas com serviços tomados	(1.665.841)	(1.320.762)	(9.029.984)	(13.112.013)
Despesas das instalações	(852)	(15.609)	(7.173.657)	(9.305.556)
Materiais de limpeza e consumo	-	-	(3.950.354)	(5.579.955)
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(1.735.529)	(1.262.340)
Frete e veículos	(14.774)	(41.759)	(1.651.490)	(739.270)
IPTU e taxas	(17.215)	(7.060)	(1.383.069)	(1.054.376)
Reversão (Provisão) para contingências e custas processuais	-	1.252.133	(1.233.518)	(231.716)
Outros custos e despesas	(1.157.043)	(812.268)	(5.004.411)	(9.015.219)
Total	<u>(5.442.695)</u>	<u>(4.216.596)</u>	<u>(221.756.662)</u>	<u>(205.449.109)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados	-	-	(179.342.962)	(122.490.642)
Despesas gerais e administrativas	(2.855.725)	(945.325)	(31.629.508)	(74.287.437)
Depreciação e amortização	(2.586.970)	(3.271.271)	(10.784.192)	(8.671.030)
	<u>(5.442.695)</u>	<u>(4.216.596)</u>	<u>(221.756.662)</u>	<u>(205.449.109)</u>

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(10.148.893)	(3.214.928)
Atualização sobre passivos de aquisições e mútuos	(6.837.472)	(2.824.894)	(8.313.171)	(6.770.537)
Atualização parcelamentos	-	-	(4.116.367)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(3.471.130)	(765.746)
Outras despesas financeiras	(51.610)	(15.134)	(2.170.071)	(1.858.832)
	<u>(6.889.082)</u>	<u>(2.840.028)</u>	<u>(28.219.632)</u>	<u>(12.610.043)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento aplicações financeiras	13.674	121.094	114.192	305.017
Outras receitas financeiras	-	(161)	259.193	(897.010)
	<u>13.674</u>	<u>120.933</u>	<u>373.385</u>	<u>(591.993)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.875.408)</u>	<u>(2.719.095)</u>	<u>(27.846.247)</u>	<u>(13.202.036)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Instrumentos financeiros

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Opalus acerca de riscos de crédito e riscos de taxas de juros.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	549	38.474
	<u>549</u>	<u>38.474</u>
	Consolidado	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	16.427.782	1.255.350
	<u>16.427.782</u>	<u>1.255.350</u>

Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo Opalus realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

25. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de aprovação destas demonstrações contábeis e não foram identificados eventos que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nestas demonstrações financeiras.